

Avaliação em larga escala-o papel do docente**Large-scale evaluation-the role of the teacher**

DOI:10.34117/bjdv6n9-641

Recebimento dos originais: 27/08/2020

Aceitação para publicação: 28/09/2020

Fernanda Dorne

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus: Francisco Beltrão

E-mail: dornefernanda@gmail.com

Valdecir Soligo

Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. (UNIOESTE)

E-mail: valdecir_soligo@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho pretende realizar uma análise acerca das condições históricas, políticas e econômicas, que emergiram na Reforma do Estado na década de noventa com a palavra de ordem: neoliberalismo. Partindo deste chão histórico, os organismos internacionais, bem como: o Banco Mundial, passaram a exibir a ocupação de várias políticas de ajustes, entre elas um olhar direcionado para a educação que apresentava um déficit de analfabetismo e evasão escolar. Deste modo, as avaliações em larga escala, serviam para assumir o papel de melhorar a qualidade educacional e ao mesmo tempo proporcionar uma devolutiva das práticas pedagógicas em sala de aula. À luz disso, os docentes, guardam um compromisso em responder as expectativas.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Avaliações em larga escala. Docência.

ABSTRACT

This work intends to make an analysis of the historical, political and economic conditions that emerged in State Reform in the 1990s with the slogan: neoliberalism. Starting from this historical ground, international organizations, as well as the World Bank, began to show the occupation of several adjustment policies, among them a look toward education that presented a deficit of illiteracy and school evasion. In this way, large-scale evaluations served to assume the role of improving educational quality and at the same time providing a devolution of pedagogical practices in the classroom. In light of this, teachers are committed to meeting expectations.

Keywords: Reform of the State. Large-scale evaluations. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado parcial, de uma pesquisa em andamento. A avaliação se faz presente nas mais diversas instâncias, se tomarmos como parâmetro a nossa sociedade, estamos constantemente avaliando, elencando, julgando ou mensurando o que vemos, ouvimos e principalmente o que lemos. Embora não usemos essa palavra, regularmente o fazemos, direta ou

indiretamente. Como acadêmica do 4º ano de pedagogia na UNIOESTE, e professora da Rede pública de ensino no município do Céu Azul, presenciamos o lócus dessa temática: a Avaliação.

A reforma do Estado neoliberal, e a sua correlação com as políticas educacionais no Brasil, proporcionaram na década de 1990, os discursos de regulação e avaliação dos sistemas escolares. A avaliação como avanço e suporte da educação, aglutinadas à economia. De acordo com compromissos firmados da agenda globalmente estruturados para a educação, as avaliações em larga escala, serviam para assumir o papel de melhorar a qualidade educacional.

A respeito da problemática educacional, se faz necessário compreender o que entendemos por avaliação e o papel do professor, sendo que estes termos são utilizados com frequência na pesquisa.

A avaliação, em tese que os indivíduos conhecem no âmbito escolar, mantem-se em boletins e elaboração de relatório aos pais, que na sua individualidade é significativo, mas não seria o papel principal da avaliação. Sob a luz de Tyler (1978), a avaliação objetivaria em três instancias. Verificar a eficiência de uma instituição mobilizadora da educação. Embasar-se das discussões sobre os referenciais teóricos que orientam o processo educativo. E por meio da avaliação, essa coleta de informações permitiria aprimorar-se e reformular o que fosse deficiente ou inoperante. Consequentemente, Soligo (2013) explana que a finalidade da mesma é auxiliar a qualidade da educação.

Assim o papel do professor é fundamental, Schon (1992) comenta que por meio deste instrumento – avaliar- o docente possa fazer uma reflexão e trabalhar na sua práxis de diversas maneiras. Nessa perspectiva, as considerações de Gadotti, a respeito do papel do professor, explicitam que, na visão emancipadora além de transferir informações em conhecimentos e consciência crítica, formam pessoas. Por isso acreditamos que, uma das várias responsabilidades do docente, é como ele reflete a avaliação devendo ser o seu norte e não apenas a finalização de um conteúdo ou matéria.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, necessitamos relembrar a conjuntura que o Brasil perpassava anterior à década de 90, o período do regime militar (1964-1985), trazendo mudanças profundas nas raízes da sociedade, consequências severas, em diversos setores, sobretudo na educação. Nesse recorte, a economia que encontrava-se em déficit, o analfabetismo exacerbado, baixo grau de escolarização, permeavam em direção da ruptura recorrente de uma forma de democracia. Essa crise oriunda da ineficiência estatal, careciam de uma Reforma de Estado.

Em decorrência aos fatos supramencionados, países latinos americanos aderiram às recomendações inseridas no “Consenso de Washington” (1989), com o objetivo de discutir reformas consideradas necessárias para a reforma do Estado, ele deveria intervir o mínimo possível na economia, preocupando-se com as políticas públicas que segundo Figueiredo, denomina-as de políticas compensatórias, administrar os conflitos e as tensões das classes excluídas sejam elas na: saúde, educação, segurança, meio ambiente, assistência social. Isto é, preserva o “bem estar” da sociedade. Nas palavras de Batista (1993), ”Fala-se em emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente”.

O Neoliberalismo, como novo processo produtivo, flexível não esta presente apenas na economia, mas também nas políticas públicas. Com o intuito de implantar as políticas neoliberais, além do Consenso de Washington, países subdesenvolvidos, participaram de uma agenda globalmente estruturada pelo Banco Mundial¹, para a melhoria da educação vinculada ao processo avaliativo. A que iremos retratar foi a Conferencia Mundial de Educação para Todos, na Tailândia, que tinha como pauta “Definir Políticas para a Melhoria da Educação Básica”.

As estratégias específicas, orientadas concretamente para melhorar as condições de escolaridade, podem ter como foco: os educandos e seu processo de aprendizagem; o pessoal (educadores, administradores e outros); o currículo e a avaliação da aprendizagem; materiais didáticos e instalações. Estas estratégias devem ser aplicadas de maneira integrada; sua elaboração, gestão e avaliação devem levar em conta a aquisição de conhecimentos e capacidades para resolver problemas, assim como as dimensões sociais, culturais e éticos do desenvolvimento humano.(Unesco)

Países como o Brasil, Argentina, Cuba, entre outros, assumiram o compromisso de universalizar o ensino fundamental, erradicar o analfabetismo e aprimorar a aprendizagem das crianças aos jovens e adultos. Ter a noção desse cenário é importante para entendermos as propostas do Estado vinculadas à educação ao decorrer desse período. Partindo dessa lógica, destacaremos o contexto histórico de programas e medidas que foram adotadas durante o período de transição entre os Governos Fernando Collor a Luis Inácio Lula da Silva, e de como a avaliação externa e interna estavam aglutinada aos compromissos assumidos.

No ano de 1988, contatamos a preocupação de qualidade na educação, como espécie o texto da Constituição Federal, mais especificamente o artigo 20. E no 209, inciso II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público”. Assim o projeto piloto em termos de avaliação em larga escala, realizou-se pelo MEC por meio do Saep, em apenas dois estados, Paraná e Rio Grande do Norte, Em vista disso, Lacerda e Melara (2013), o Saep, seria a reflexão e a identificação dos

¹ Diagnostico elaborado por organismos internacionais, o Banco Mundial, instituição que é financiada por 176 países, que faz análises políticas e críticas de vários setores, entre eles, a educação.

problemas de evasão escolar e má qualidade de ensino. entretanto a falta de recursos não efetivou o procedimento.

Esse experimento, segundo Flávia Werle, seria no sentido de fortalecer os procedimentos de avaliação e fazer os ajustes necessários para ser aplicado em todo o país. Por conseguinte, na década posterior as avaliações em larga escala ganharão força maior diante do apoio do Banco Mundial e também para atender as demandas da globalização.

Em 1990, iniciou de forma descentralizada, pelos municípios e estados o primeiro ciclo do SAEP, com participação democrática de professores e agentes das Secretarias de Educação, as provas eram realizadas por três disciplinas: língua portuguesa, matemática e ciências. Em 1992, as avaliações externas, passaram a ser de incumbência do INEP, órgão do MEC. WERLE(2014).

No governo de Itamar Franco (1993) temos uma evolução no que tange a avaliação. A partir da Conferencia em Jomtien, cada país, assumiu o compromisso de implementar planos e metas. Consequentemente, elaborou-se o Plano Decenal de Educação para Todos, com o propósito de elencar várias metas para serem alcançadas durante uma década. No documento presenciamos o SAEB, que até então era compreendida como SAEP “com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional”. Pelos estudos feitos por Bonamino, entende que:

apresenta uma autonomia restrita em relação a transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira dos anos 80 e 90, que faz com que a política de avaliação da educação básica tenda a reproduzir internamente relações de poder que se encontram objetivada socialmente. (2002, p.19)

O segundo ciclo da prova, em que o INEP convidou intelectuais orgânicos em educação, com a tarefa de analisar o sistema educacional, para ter o reconhecimento da sociedade. Nas palavras de Coelho “foi estruturada em três eixos de estudo: (1) rendimento do aluno; (2) perfil e prática docentes; (3) perfil dos diretores e formas de gestão escolar”.

Com ascensão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a educação, ocupa, além dos discursos, um olhar preponderante nas reformas educacionais, entre elas, a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja. (COELHO,2008).

Nesse período, o SAEB, com o reforço do Banco Mundial, por meio de empréstimos, segundo Werle, reordenou a avaliação externa, centralizando na União, estabelecendo que os Estados tecessem seus mecanismos de avaliação. Dessa maneira, o SAEB, constitui-se de uma prova amostral que acontece a cada dois anos, feito por alunos de escolas públicas e privadas em

todo território brasileiro, com o público alvo de alunos de 5^{os} e 9^{os} anos e 3^o ano do ensino médio, em conformidade de apurar duas disciplinas, língua portuguesa: leitura e interpretação de textos e matemática : resolução de problemas, com a metodologia da Teoria da Resposta ao Item (TRI). Descreve que, esse levantamento probabilístico ocorre no monitoramento e na evolução do desempenho da educação. (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

Em 1996, marco importante para a nossa educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/96), ampara as avaliações externas.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 3^o Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (BRASIL, 1996).

Mais além, delega à União:

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (BRASIL, 1996)

Percebe-se que, no inciso quinto, permiti que a União, possa coletar as informações necessárias para conhecer a educação básica, o MEC, tem a obrigação de insemear e dar publicidade a esses conhecimentos. Já no inciso sexto, garante as avaliações em larga escala, para averiguar a qualidade mínima da educação assegurada pela lei.

A vista disso, datada também 1996, uma determinada modalidade de política social e educacional, foi instituída pela Emenda Constitucional no referido ano, porém somente implementado em 1998 , o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), atualmente, conhecemos como FUNDEB. Segundo o site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, esse recurso contábil, com um valor X para cada aluno, permitindo a melhoria da infraestrutura nas escolas, transporte escolar, distribuições alimentícia, material escolar e livros didáticos². Para Werle (2004) esses recursos asseguram o cumprimento da lei e concomitantemente ao suporte para a qualidade de educação.

Em 1997, aperfeiçoando o controle de qualidade, o SAEB, desenvolveu, as Matrizes de Referência, notificando aos envolvidos o que seria avaliado em cada disciplina e série, informando

² Para mais informações acerca do assunto, DAVIES, Nicolas. FUNDEB: a redenção da educação básica ?. Campinas, SP: Autores Associados 2008.-(Coleção Polêmica do Nosso Tempo).

as “competências e habilidades”³ esperadas dos alunos. Dessa forma, o documento trouxe na ótica de Perrenoud, como competências “agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar a eles”, ou seja, as competências cognitivas que o aluno estabelece entre conceitos e situações. E Habilidade refere-se “ações em si, ou seja, pelas ações determinadas pelas competências de forma concreta”. Assim, o que o aluno sabe por meio de suas competências, por em prática na prova, seja uma interpretação de texto ou soma de números em que o aluno irá dispor de sua resposta.

Na esteira de políticas educacionais, em 1998, além das DCN, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁴, o FUNDEF, o governo, tinha como lógica de passar a responsabilidade da União para estados e municípios, delineando a execução à sociedade, que auxiliaria no supervisionamento desses projetos governamentais. Essa tendência nomeada de Estado- Avaliador ou Estado- Regulador, na lógica do neoliberalismo. Freitas(2007), explicita que, o Estado Avaliador reflete na modernização da gestão administrativa, e, concomitante a participação ativa da sociedade na educação. Além disto, datada também em 1998, em termos de avaliação externa, tivemos o advento do Enem, com a perspectiva de observar a saídas dos alunos do ensino médio rumo às Universidades. Essa prova individual, ofertado anualmente, serve para testar as competências e habilidades dos alunos. Da mesma forma que o SAEB, o exame nacional, dispõe de matrizes de referencia.

Nos anos de 1999, quinto ciclo do SAEB, a avaliação introduziu duas disciplinas a mais: matemática, português- que já estavam nos ciclos anteriores – história e geografia. Todavia, estas, não foram levadas em consideração nos ciclos posteriores. Salienta-se que, a avaliação perpassa além das competências e habilidades, questionários sociocultural do aluno, o perfil do diretor, gestão escolar, incluindo a infraestrutura e materiais pedagógicos. (Werle 2011).

Em 2001, sancionou o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) pela lei nº10.172/2001, com quase trezentas metas, com duração de dez anos, elaborado por diretrizes e metas. Em seus objetivos e prioridades, dispõem da melhoria do ensino em todos os seus níveis. Em sua meta 26, no que tange o ensino fundamental, traz a necessidade de aperfeiçoar o Censo Escolar, assim o SAEB fica na incumbência de gerar um sistema que monitore por meio dos seus indicadores, o acompanhamento escolar, entre os estados e municípios PNE, reforça a avaliação externa.

³ Para melhor entendimento GARCIA, Lenise Aparecida Martins Garcia. Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso? Educação e Ciência On-line, Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: Acesso em: 28. junho. 2018.

38. Consolidar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB e o censo escolar.[...] 39. Estabelecer, nos Estados, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do ensino fundamental e Médio(BRASIL, 2001,não paginado).

Nessa conjuntura, além de fortificar as avaliações, expressam que, elas deveriam acontecer em todos os níveis. Constatamos que, no início da década de noventa, a avaliação em larga escala, era assunto de apenas alguns estados e de forma descentralizada. Ao final desse mesmo período, tanto o PNE quando as leis: carta magna e LDB, manifesta a necessidade desse mecanismo avaliador para auxiliar nos compromissos assumidos e também para respaldar as políticas públicas, voltando-se com a participação da sociedade, leia-se democratização.

O sexto (2001) e o sétimo ciclo (2003) do SAEB, preocupou-se com a compatibilidade das matrizes de referência vinculadas ao currículo de cada estado, a metodologia aplicada na avaliação e aos questionários permaneciam os mesmos. Thimoteo (2003). Entretanto em 2005, no governo Lula, dois anos após a sua posse, obtém-se novas políticas públicas, bem como o PROUNI que oferece o apoio ao ensino superior, para as pessoas de baixa renda. Por meio da nota que alcançar no Enem, concorre a bolsas parciais e integrais em faculdades e universidades privadas. Assim, a importância vinculada a esse exame, pois o indivíduo possui o estímulo, tanto para concluir o ensino médio, quanto para ingressar no ensino superior, pelas considerações de Werle (2011, p 785) “fortalecendo-o como instrumento de política e de interação entre Estado e Sociedade” Na mesma filosofia, o SISU, mais adiante em 2009, com a mesma finalidade, embora as vagas oferecidas façam-se universidades públicas.

As modificações do SAEB, por intermédio da Prova Brasil, aplicada a cada dois anos, na mesma linha dos ciclos anteriores, no que tange aos conteúdos, com a diferença de ser seletiva aos alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e não mais aos do ensino médio. Nessa perspectiva, a prova seria aplicada a partir de vinte alunos matriculados, situadas em zonas urbanas. Na configuração de ser universal com o benefício de exibir informações que apontam os resultados para cada município e suas respectivas escolas. (WERLE,2011).

A nova reforma, institucionalizado em 2006, com a carta: Compromisso Todos pela Educação impulsionou o PDE, em 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e na operacionalização das avaliações. Assim, criou-se o IDEB, segundo a autora (2011, p.787)

O Ideb, elemento central do PDE, é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar indicado pelo censo educacional. O Ideb, não apenas situa o nível alcançado pela escola e pela respectiva rede de ensino, mas, no contexto do PDE e do Compromisso Todos Pela Educação, possibilita o exercício de prospecção de metas a serem alcançadas em direção à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista um nível considerado mínimo a ser atingido em 2021, o que converge com a perspectiva temporal do movimento Todos Pela Educação. Ora, a criação do Ideb só foi possível mediante as informações oferecidas pela Prova Brasil. Mas a articulação de dados oriundos do Censo e da Prova Brasil permitiram a construção de um indicador que se torna meta a ser obtida pelos sistemas de ensino.

O IDEB verificou-se tanto em políticas públicas, quanto a dinâmica de práticas de escolas e dos sistemas de ensino para a efetivação da qualidade sabe que é um indicador de números sobre a educação e não de qualidade, porém, é por meio deste e das suas divulgações que se mobilizem as ações para a melhoria da educação básica. (BRANDÃO; CHIRINÉA, 20015)

Nesse recorte do chão histórico das avaliações externas passaram por inúmeras remodelagens desde os questionários sobre a realidade escolar até os conteúdos que deveriam estar atados as matrizes de referencia simultaneamente com o currículo. Assim o papel do docente nesse caminho é de extrema responsabilidade, pois precisam transmitir os conhecimentos científicos de modo, a conseguir bons resultados na Prova Brasil.

As estruturas dos conhecimentos científicos que são respaldos na elaboração das metodologias para os alunos, são elencados no currículo, Apple (2011) define que é parte de uma seleção de conteúdos considerados conhecimentos legítimos, ele tem história, relações de poderes e por fim não sendo neutro, são inerentes entre cultura e sociedade. Além disso, as matrizes de referencias já mencionadas juntamente com as diretrizes.

O mediador do conhecimento possui a função além da afetividade, a interação, o respeito à individualidade e características do aluno, precisa também, formar cidadãos críticos, no discernimento de que a relação professor-aluno é significativa para que ele desperte e continue seu interesse pela escola, precisa vir associada a recursos que o professor adote com o intuito de efetivamente tornar essa relação um instrumento do desenvolvimento Como metodologias, definimos “o que expressa sua crença nas potencialidades do aluno, preocupação com aprendizagem e nível de satisfação com ela” fazer com que o olhar da sensibilidade do docente rumo as perspectivas de ensino (OLIVEIRA; 2003).

Nesse ponto de vista, os docentes da rede municipal de Céu Azul – Paraná envolvem-se nas diversas metodologias para garantir a qualidade de ensino. No IDEB de 2015, obtiveram 7,4, superando o PNE, que a meta para 2021 era 6,0. Obviamente, são diversos fatores, tanto estruturais quanto pedagógico que correspondem à realidade do município.

3 CONCLUSÃO

Após a reforma do Estado, as avaliações externas trouxeram o olhar de reflexão no que tange o papel do professor. Sabemos que são pormenores que correspondem ao êxito de uma boa nota, entretanto, não podemos deixar de adoçar o trabalho do docente, pois por meio deste profissional que os nossos alunos realizam a prova.

Salienta-se que, avaliação está estritamente ligada aos objetivos, às provas são de marcar uma única alternativa, entretanto, para que os discentes realizem a realizar a prova, passam - ou deveriam- por diversas discussões, indagações e principalmente conhecimentos atrelados à vida cotidiana.

Vários autores apresentam que a forma como o IDEB é divulgado acaba enaltecendo algumas escolas e inferiorizando outras. As responsabilidades desses números recaem sobre os docentes. Todavia, na ótica desses rankings precisamos levar em conta como é a estrutura, os estímulos que os profissionais e alunos recebem e principalmente se tem material didático para todos que estão matriculados. A escola além de fazer sua função de transmitir conhecimentos, muitas vezes, é assistencialista. O município de Céu Azul tem poucos casos de baixa pobreza, somos privilegiados. Assim, faz-se necessário a leitura crítica desses números.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional ? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (org) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2011, p.71-106.

BATISTA, Paulo Nogueira. "Meio ambiente: o novo fator de desenvolvimento". Rumos do Desenvolvimento, nº 102, Rio de Janeiro, jul/ago. 1993.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p.373-388, abr./jun.2012.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei n.10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan.2001.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares". Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, n. 37, 2007. (no prelo).

OLIVEIRA, Adão F. de. Percalços da escola e desafios da educação. In: OLIVEIRA, Adão F. De; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVEIRA, C. B. E. (2003). O papel do professor no processo de estimulação e manutenção do interesse do aluno pela escola. Monografia de Graduação. Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOLIGO, Valdecir. Qualidade da Educação: Relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. São Leopoldo, 2013.

THIMOTEO, Fatima E. P. A Avaliação da Educação Básica: uma análise qualitativa dos instrumentos contextuais do SAEB no período de 1995 a 2001. São Paulo: FGV/EAESP, 2003. 120 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de Concentração: Transformação do Estado e Políticas Públicas).

TYLER, Ralph W. Princípios básicos de currículo e ensino. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

UNESCO. Declaração mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em. Acesso em: 10 mai. 2018.

WERLE, Flávia, Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação , v19, n. 73, p. 769-792, Rio de Janeiro Out./Dez.2011.